Página PT 13
UM JORNAL A SERVIÇO DE UM PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO
Nº 197 JUN/2019
BASTA
DE DESEMPREGO E BOLSONARO

DISTRIBUIÇÃO RESTRITA AOS FILIADOS E AS FILIADAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A verdade sobre a PEC 06/2019

O que pode mudar se não derrotarmos a contrarreforma

Wagner Romão

Em primeiro lugar, a proposta **desconstitucionaliza** as regras da Previdência. Para mudanças na Constituição, como a PEC, são necessários 3/5 de votos na Câmara dos Deputados (308) e no Senado (49), em dois turnos.

A PEC faz com que novas mudanças na Previdência possam ser aprovadas como **Lei Complementar**, com apenas a maioria absoluta de votos (257 deputados e 41 senadores), com turno único no Senado. Ficará mais fácil alterar as regras no futuro.

Assim, as alterações indicadas abaixo (ver PRINCIPAIS ALTERAÇÕES) têm o status de **regras transitórias**, que poderão ser alteradas com Lei Complementar.

Além da desconstitucionalização, o ponto chave da proposta é a introdução do **regime de capitalização**, que vai substituir o atual **regime de repartição**. Na prática, isso destruirá o pacto social da Constituição de 1988 a respeito da Seguridade Social no Brasil.

Se passar, a PEC substituirá o princípio da **solidariedade social e geracional** para um regime onde cada um contribuirá para sua aposentadoria na medida estrita de seus próprios ganhos, **ampliando a desigualdade**, ao contrário do que diz a propaganda do governo. E sem recursos dos empregadores ou do governo.

Na repartição, trabalhadores/as da ativa contribuem para pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas, uma geração financia a outra, e os benefícios são gerenciados pelo próprio governo/INSS. Na capitalização, cada trabalhador/a financia sua própria aposentadoria e quem gerencia os recursos são os bancos e os fundos de pensão privados.

O regime de capitalização vai corroer as bases do atual regime de repartição, pois vai implicar em **perda de arrecadação**, colocando em risco até mesmo o pagamento das atuais aposentadorias.

Veja abaixo uma síntese das principais alterações propostas pela PEC 06/2019, que preparei a partir de trabalho elaborado por estudantes e professores do Instituto de Economia da Unicamp. ★

Wagner Romão é presidente da ADunicamp

Principais alterações

	Regra Atual	Proposta
Idade + tempo de contribuição	- Idade - Mulheres: 60 anos, Homens: 65 anos + 15 anos de contribuição mínima. - Tempo de contribuição - Mulheres: 30 anos, Homens: 35 anos.	- Idade - Mulheres: 62 anos, Homens: 65 anos + 20 anos de contribuição mínima. - Não há possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição.
Valor do benefício	- Média dos 80% maiores salários para aposentadoria por tempo de contribuição e por invalidez; - 70% da média dos 80% maiores salários + 1% a cada 12 contribuições na aposentadoria por idade; - Piso: salário mínimo. Teto: R$ 5.839,45.	- Média de todos os salários; - Em caso de 20 anos de contribuição tem direito a 60% do valor do benefício + 2% a cada 12 contribuições; - Para 100% do valor do benefício são necessários 40 anos de contribuição.
Trabalhadoras/es rurais	- Mulheres: 55 anos, Homens: 60 anos + 15 anos de atividade rural, sem necessidade efetiva de contribuição.	- Mínimo de 60 anos para ambos os sexos + 20 anos de contribuição sobre produção.
Aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez)	- Valor do benefício é a média dos 80% maiores salários.	- Tempo de contribuição igual ou menor que 20 anos: 60% da média de todos os salários. A cada ano extra de contribuição + 2% do valor do benefício. - Benefício na média de 100% das contribuições.
Benefício de prestação continuada - BPC	- Um salário mínimo para pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho e idosos com 65 anos ou mais com renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.	- Inclui um critério adicional: patrimônio familiar menor que R$ 98 mil. - Entre 60 e 69 anos: R$ 400; a partir de 70 anos, 1 salário mínimo.
Abono salarial	- Benefício de 1/12 de um salário mínimo por mês trabalhado para aqueles que ganharam, em média, menos de 2 salários mínimos mensais ao longo do ano no trabalho de carteira assinada.	- A regra atual valerá apenas para aqueles que recebem até 1 salário mínimo.
Pensão por morte	- 100% do benefício (se aposentado) para os dependentes do segurado que falecer.	- Cota familiar de 50% + 10% para cada dependente, até o limite de 100%; cotas de dependentes não são permanentes. Pode ser menor que o salário mínimo.
FGTS	- É possível acumular pensão e aposentadoria e benefícios do Regime Geral e do Regime Próprio; - Se a pessoa aposentar e continuar trabalhando a empresa paga multa de 40% e mantém depósitos no valor mensal relativo ao FGTS.	- Ao aposentar voluntariamente e continuar trabalhando não será necessário recolher o FGTS e nem o pagamento de multa de 40%

As mentiras de Bolsonaro

Pobres e assalariados pagam a conta da contrarreforma

Leno Gonçalves

Quarenta milhões de reais com propaganda para alimentar a mídia oficial (emissoras de televisão, rádios, jornais e internet) e possivelmente muito mais recursos não divulgados para armar a milícia virtual e tentar convencer a opinião pública sobre a reforma da previdência. No centro da guerra uma narrativa de mentiras, omissão, cinismo, maquiagem, manipulação de dados e o uso de argumentos iguais ou semelhantes aos de governos passados, exemplo Michel Temer, para acabar com a previdência segura e pública. Na propaganda paga a "nova Previdência" é vendida por Jair Bolsonaro e aliados como uma proposta que faz justiça social, levará o País a um ciclo de crescimento, criará empregos, combaterá privilégios e ainda por cima não mexerá no bolso dos pobres e assalariados.

Os mais otimistas asseguram que a reforma de Bolsonaro irá criar 8 milhões de empregos. Em outubro de 2017, um também otimista, o ex-ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles, bradou algo bem parecido. Ele sustentou que o desmonte da CLT promovido pela reforma trabalhista iria criar 6 milhões de vagas. Ocorreu o contrário: aumentou o desemprego e o número de trabalhadores sem direito algum. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada em junho, o Brasil tem, atualmente, 13,177 milhões de desempregados e taxa recorde de subutilização da força de trabalho, 28,4 milhões de pessoas.

O mesmo argumento mentiroso agora quem brada é o governo Bolsonaro por meio do ministro da Economia, Paulo Guedes. Disse ele, recentemente, em audiência na Câmara dos Deputados, que se a reforma for aprovada, a economia voltará a crescer e investimentos retornarão ao País. "Se fizer uma reforma forte, ela já bota o Brasil para crescer imediatamente", alegou.

'Tchutchuco' e capitão, claro, não contam ao povo a real proposta: aos ricos as benesses e ao resto a fatura! A verdade é que a chamada "economia" de R$ 1 trilhão em 10 anos aos cofres públicos com a reforma da Previdência será paga pelos pobres, assalariados, trabalhadores rurais, mulheres e acidentados. Só com a diminuição do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e fim do abono salarial, o governo busca obter R$ 897 bilhões.

O governo Bolsonaro também mente quando cinicamente diz que vai acabar com privilégios, quando na verdade vai tirar, como Temer fez, mais direitos, agora os previdenciários. Na reforma, o que propõe é que o povo trabalhe mais tempo, contribua mais e receba um benefício menor. O resultado, assim como na reforma trabalhista, será: milhões de idosos, sem trabalho e sem aposentadoria, transformados em mendigos.

O projeto da reforma da Previdência prevê o fim do reajuste anual do salário dos aposentados e das pensionistas; daqueles que já estão aposentados e que se aposentarão. Fazem isso quando retiram da Constituição a expressão "preservando o valor real" dos benefícios previdenciários e planejam um brutal arrocho na renda dos aposentados, na medida em que o índice da inflação não é reposto ao benefício.

Também não foi dito que a "nova Previdência" substituirá a atual previdência social e que irá acabar com um modelo seguro, garantido pelo Estado brasileiro, para migrar para as mãos de bancos privados (capitalização). O que realmente a reforma faz é acabar com a Previdência pública e com o estabelecido pela Constituição Federal de 1988, na qual foi definido um projeto de País em que a solidariedade e a universalidade dos direitos eram reconhecidas como princípios organizadores.

A propaganda enganosa e fajuta do governo

A nova Previdência é injusta porque beneficia quem mais tem dinheiro. O projeto acaba com a proteção social garantida por fontes diversas de financiamento (contribuição do governo, dos trabalhadores e das empresas). No modelo proposto para a capitalização, as empresas passam a não contribuir mais. Só os empregados vão pagar para se aposentarem próximos a morte ou nunca se aposentarem.

Grandes empresas e bancos devem mais de R$ 450 bilhões para a Previdência Social, segundo relatório da CPI da Previdência do Senado Federal de 2017. O Bradesco deve R$ 465 milhões à Previdência; a Vale deve R$ 275 milhões; a JBS, R$ 1,8 bilhão; o Santander e o Itáu, respectivamente R$ 338 milhões e R$ 25 bilhões à Receita Federal.

A dívida nunca foi cobrada, pelo contrário: descontos fiscais e perdões de débitos junto ao INSS são sempre oferecidos aos poderosos devedores. A CPI também concluiu que a Previdência não é deficitária, mas foi alvo ao longo dos anos de desvios de recursos por parte do governo para atender ao capital. Portanto, o que a reforma faz é proteger os ricos, ao permitir que deem calote e que demitam em massa.

A verdade dos fatos é que não existe descontrole dos gastos previdenciários. O desequilíbrio está na recessão econômica, desemprego e sonegação. Menos emprego formal, com direitos garantidos ao trabalhador, menor o número de trabalhadores contribuindo para a Previdência social. Trabalhador consciente e contra pagar o que não deve, não cai em narrativa de propaganda enganosa: diz não em alto e bom som à proposta de Bolsonaro. ★

Leno Gonçalves é uberizado em Floresta Alta.

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-186
Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhaēs/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente.
Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Barco furado

■ **Candido Nascimento de Jesus**

Governadores do campo progressista divulgaram, em 6 de junho último, uma carta na qual afirmam: "Todos reconhecem a necessidade das reformas da previdência, tributária, política, e também da revisão do pacto federativo. As energias devem ser canalizadas para o escrutínio das divergências e o aperfeiçoamento das ações, de modo que todos sejam beneficiados, evitando-se a armadilha do divisionismo que tem acirrado os ânimos e paralisado a nação".

Esquecem eles de reconhecer na carta que a turbulência econômica e social escancarada pela qual atravessa o País não foi gerada por todos, não é de responsabilidade da classe trabalhadora e que parcela significativa dos trabalhadores, das trabalhadoras e do povo é contra as "mudanças" para pior efetivadas por Bolsonaro.

Canalizar energias para arrefecer divergências em torno da reforma da previdência proposta por Jair Bolsonaro e seus aliados não é um bom caminho. Sabem bem os administradores progressistas que as maldades contidas no projeto enviado ao Congresso Nacional prejudicarão a classe trabalhadora e a maioria do povo. Tanto sabem do massacre que muitos governadores e prefeitos defendem a aprovação de uma reforma abrangente, incluindo os estados. Prefeitos defendem que as medidas se estendam aos servidores municipais. Transferir a paternidade e a autoria da reforma da Previdência para Bolsonaro, senadores e deputados federais é a maior prova de que conhecem as maldades e que as mudanças não serão boas e vão gerar desgaste nas suas bases. No próximo ano, ocorrem eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Em 2022, teremos eleições para presidente, governadores, deputados federais, deputados estaduais e senadores. Na verdade, nenhum governador ou prefeito quer ficar com o "pato" da reforma da Previdência nas mãos. Apostam que ao jogar o monstro nas costas de outros políticos irão se safar das maldades. Apostam que ao defender a retirada dos beneficiários do BPC e dos trabalhadores rurais da proposta, terão argumentos junto aos eleitores para dizer: não fizemos e ainda melhoramos a perversidade.

Erram no método e na fórmula aqueles gestores públicos do campo progressista que defendem esta postura. Primeiro porque ao apoiarem as mudanças, ainda que parcela delas, reforçam a barbárie, inflam o projeto de Bolsonaro, do capital financeiro e de forças da ultradireita e da direita contra os pobres, a classe trabalhadora, a educação e a saúde públicas, o desmonte do Estado brasileiro e a entrega do patrimônio do povo para as multinacionais e ao imperialismo.

A reforma da Previdência corta direitos, dificulta o acesso dos trabalhadores às aposentadorias, pensões e à assistência social. As mudanças apertam ainda mais os direitos trabalhistas e sociais já tão estrangulados, em especial pela reforma trabalhista e corte nos benefícios assistenciais e vão certamente acabar gerando problemas maiores com o aumento da pobreza. Quem vai primeiro ser cobrado por isto é a autoridade pública que está na ponta.

> "O projeto do fim da Previdência pública chama todos a uma reflexão e nos obriga a tomar um lado, se vamos apoiar barbáries e ser contra os trabalhadores e a favor do capital, ou se vamos nos posicionar pelos pobres, oprimidos e trabalhadores."

O projeto do fim da previdência pública chama todos a uma reflexão e nos obriga a tomar um lado, se vamos apoiar barbáries e ser contra os trabalhadores e a favor do capital, ou se vamos nos posicionar pelos pobres, oprimidos e trabalhadores.

O momento não é para acordo, para ajudar a construir meias maldades. Não se constrói com inimigos do povo e dos trabalhadores. Não se constrói porque não é possível edificar nada com quem não se importa com a esmagadora maioria que produz, gera riqueza, renda e desenvolvimento.

O momento é de esforço, de concentrar energias sim, mas para derrotar aqueles que estão destruindo a soberania nacional, os direitos sociais, as liberdades democráticas, o desenvolvimento. Por isso o certo e o produtivo é, por exemplo, que os gestores progressistas escrevam para os sindicatos de trabalhadores explicando o que significa a retirada de direitos. O produtivo é construir com os representantes da classe trabalhadora, não buscar acordos com Bolsonaro e a maioria do Congresso Nacional atual. Também é produtivo reforçar a agenda de rua, visitar bairros da periferia, fábricas e ajudar a convencer a classe trabalhadora que empregos não serão gerados com a retirada de registro na carteira e muito menos com o fim da aposentadoria, das pensões e de benefícios sociais.

Podemos continuar de olhos fechados para isto, fingindo; ou mesmo acreditar que a maioria do povo vai engolir por muito tempo lorotas e não perceber o jogo de empurra. Mas não vai.

A luta contra a reforma da Previdência é um momento propício de virada para quem sempre acordou cedo para labutar. Por isto, é dever de todos os gestores públicos progressistas garantir a sobrevivência das atuais e das futuras gerações. Pois no fundo só há dois caminhos: o caminho da miséria e o caminho da dignidade.

Lutamos por um Estado que ajude a gerar emprego, renda e combater a pobreza. A fatura da miséria na qual o povo será lançado, se a reforma da Previdência vingar, virá muito rapidamente. Por isto, os gestores progressistas devem pular fora do barco furado do acordo e da conciliação, fadado ao naufrágio. ★

Candido Nascimento de Jesus é pastor da Igreja dos Marxistas-Leninistas dos Últimos Dias.